JOAN DEJEAN. *ANTIGOS CONTRA MODERNOS. AS GUERRAS CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE UM FIN DE SIÈCLE. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2005*¹

Andréa Doré

Antigos e Modernos remete a uma temática bastante ampla, que permite opor elementos da antiguidade clássica a qualquer outro momento histórico, assim como opor quaisquer aspectos que se digladiam encarnando os adjetivos de “novo” e “velho”. Se é difícil definir o que é a modernidade e em vários momentos ela parece surgir, o que ela viria substituir é igualmente nebuloso. Um evento recentemente realizado em São Paulo, com o título “Antigos e Modernos. Diálogos sobre a (escrita da) história”, recebeu de seus participantes interpretações tão diferentes quanto a escrita da história no período helenístico; a tradição de Afrodite, dos tempos arcaicos à cultura do espetáculo; Machiavel e a leitura polibiana da história; antigos, modernos e “selvagens” na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen e as monarquias sertanejas: figurações do poder nos romances populares do nordeste brasileiro².

São infinitos os exemplos. Para citar apenas os que tenho em mãos, José Antonio Maravall em seu *Antiguos y modernos* (Madrid: Alianza Editorial, 1998) remete à ideia de melhoramento e de marcha progressiva da história conforme a percebiam os espanhóis já no século XVI e início do XVII. Vasco de Magalhães-Vilhena, historiador português, começa o seu *Antigos e modernos. Estudos de História social das ideias* (Lisboa: Livros Horizonte, 1984) com os gregos, a visão de superação dos cânones antigos por Francis Bacon e conclui com Marx e a superação das filosofias da história.

1 A primeira edição deste livro é de 1997 com o título *Ancients against Moderns* e foi publicado pela The University of Chicago Press, Chicago. A edição brasileira é de 2005 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira) e a tradução é de Zaida Maldonado.

2 A programação do evento realizado em setembro de 2007, com alguns textos disponíveis está em <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/antigos/simposio/index2.html>>.

Este livro de Joan DeJean³ que aqui se comenta aborda essencialmente dois grupos de Antigos e Modernos. O primeiro é o da famosa Querela dos Antigos e Modernos, talvez a primeira batalha declarada entre as duas facções, que teve lugar nas duas últimas décadas do século XVII e as iniciais do XVIII na França e baseou-se, principalmente, em disputas no campo literário. O objetivo expresso da autora é reabilitar os aristocratas que fomentaram a disputa, “cujos pensamentos eram tão livres que os levaram a colaborar com os intelectuais burgueses na criação de estruturas que, no final das contas, auxiliariam a derrubar o inteiro sistema de classes” (p. 18), reabilitar também um período, e estabelecer um paralelo entre o “primeiro *fin de siècle*”, o do XVII, e o nosso. E aqui encontramos o outro grupo dos Antigos e Modernos tratado no livro.

Para uma apresentação inicial da obra, valeria destacar algumas questões fundamentais. A primeira delas seria a construção da noção de um fim de século pela primeira vez na França do final do século XVII, noção que traz entre outras a idéia de limite. A percepção de que se atingira o limite teria existido entre os franceses daquele período, assim como ocorre aos Estados Unidos de hoje.

O segundo ponto a destacar é a discussão em torno de conceitos fundamentais para a caracterização do Iluminismo que, na verdade, teriam sido construções dessas primeiras guerras culturais: conceitos como civilidade, cultura, público seriam anteriores e prepararam o terreno ao pensamento iluminista. Neste aspecto, a autora dialoga com as produções de Habermas e de Norbert Elias. Do primeiro discorda frontalmente em relação à sua atribuição da criação da esfera pública à burguesia do Setecentos. Quanto a Elias, acompanha a oposição que este autor desenvolve entre os conceitos de cultura e de civilização, mas a situa já na França de finais do XVII e não partilha da consideração de que o conceito de cultura tenha sido uma invenção alemã.

Um terceiro ponto importante do trabalho é o papel desempenhado pela subjetividade – mesmo que essa palavra não tenha sido usada –, pela emoção, pelos sentimentos, na querela entre os Antigos e os Modernos.

3 A autora é professora catedrática de francês no Departamento de Línguas Neolatinas da Universidade da Pensilvânia.

Para essa questão contribuíram o surgimento de um novo gênero literário, o romance, e a atuação das mulheres como produtoras e consumidoras de literatura. Um quarto aspecto estaria já entre as conclusões da autora e diz respeito a quem, afinal, venceu a batalha. Os Modernos parecem ter vencido no momento da querela, mas o poder efetivo sobre os sistemas e as instituições, no entanto, continuou nas mãos dos Antigos.

Esses aspectos ficam bastante claros ao acompanharmos o “evento” que é central para o livro por meio da metodologia seguida pela autora, que pode servir para a análise de outros momentos. DeJean parte do princípio de que a literatura, analisada num sentido amplo, que envolve a produção e a recepção das obras, desempenha um papel central na transformação das *mentalités*, os chamados “eventos” literários. Eventos estes que a autora diz superarem a arena literária quando, no primeiro capítulo, intitulado “O século XVII criou o nosso *fin de siècle*”, defende a tese de que “durante os *fin de siècle* dominados pelas Guerras Culturais, a arena política é constantemente infiltrada pela literária, na mais ampla definição deste termo. Nestas horas como em nenhuma outra, a literatura torna-se matéria da história em vez de matéria da história literária, não é mais apenas atividade ou evento, mas evento *político*” (p. 51).

O evento literário fundamental para a preparação do século XVIII foi a *Querelle des Anciens et des Modernes*, ou Guerra dos Livros, como ficou conhecida sua versão na Inglaterra. Para localizar essa querela, é importante ter em mente que, antes dela, “todos os sonhos literários oficiais da era clássica francesa eram teatrais”, baseados numa imagem tradicional da idade de ouro da literatura francesa fundada em Corneille, Molière e Racine. Todos aspiravam ao teatro, especialmente à tragédia. Ao lado, havia um sonho não-oficial, e não realizado, o de produzir-se um grande épico francês (p. 75). Toda grande literatura francesa era, assim, escrita em verso. A evolução dos gêneros nobres para os considerados mais humildes, a prosa e o romance que se consolidaram no século XVIII e nos seguintes, pode ser vista como uma vitória dos Modernos, mas a autora leva mais adiante a discussão.

O principal autor, representante dos Modernos, foi Michel Perrault, autor de contos de fadas como *A Bela Adormecida* mas também autor do poema que lança a controvérsia: *Le Siècle de Louis le Grand* [O século de Luís, o Grande], lido numa sessão tumultuada da Academia Francesa, em 22 de janeiro de 1687. Nessa obra, para explicar a superioridade literária dos

Modernos, Perrault destacava Homero como uma figura literária dominante da antiguidade e prosseguia enumerando os “defeitos” de Homero (uso demasiado de digressões, heróis por demais brutais), o que desculpava como sendo bastante natural, já que Homero, como todos os antigos, devia ser encarado como um produto de sua época. “Cair sobre Homero”, afirma a autora, “foi a maneira mais simples possível de anunciar que os Modernos depositavam sua confiança no direito individual de uma interpretação sem a influência das visões tradicionais – nem mesmo a influência de uma veneração sem questionamento por três mil anos” (p. 78). Homero voltaria à linha de frente da querela nos anos 1710, desta vez sendo questionada sua própria existência. Enquanto os Antigos a defendiam a partir de qualquer fragmento de seu texto, os Modernos viam em suas obras a presença de vários autores anônimos. Ainda em *Le Siècle de Louis le Grand*, ao lado do direito à livre interpretação, Perrault discutia a idéia de um cânone clássico estável. Ele questionava se os autores da antiguidade, como Virgílio e Ovídio, eram venerados em seu tempo e concluía seu argumento: “os cânones mudam e não somos capazes de prever quais os autores de nossa época serão apreciados em épocas vindouras” (p. 78).

Outras obras alimentaram a disputa. Meses antes de Perrault imprimir uma ampliação de *Le siècle de Louis le Grand*, Bernard Le Bovier de Fontenelle apresentou uma contribuição moderna mais moderada: *Digression sur les Anciens et les Modernes* [Digressão sobre os Antigos e os Modernos]. Do mesmo Perrault: *Parallèle des Anciens et des Modernes, en ce qui regarde les arts et les sciences* [Paralelo dos Antigos e dos Modernos, no que concerne às artes e às ciências], a formulação declarada da posição Moderna, teve seu primeiro volume em 1688; os subsequentes surgiram em 1690, 1692 e 1697. Esta obra constitui-se numa série de cinco diálogos entre três amigos: um Antigo, um Moderno, e um de opinião dividida. Tratava-se aqui da defesa do princípio fundamental dos modernos: a doutrina do julgamento pessoal.

No campo oposto está Nicolas Boileau, “historiógrafo real e árbitro literário” (p. 76) que, apesar das promessas feitas quando da leitura do poema de Perrault, não produziu uma resposta à altura da ameaça que via ali representada. Perdeu a voz durante a sessão da Academia e só no ano seguinte, em 1688, saiu publicado, na Holanda, seu *Dialogue des morts* [Diálogo dos mortos], mais tarde *Dialogue des héros de roman* [Diálogo dos heróis de romance], um violento ataque ao gênero do romance, visto

como um agente de corrupção, “como uma perigosa e subversiva forma de literatura e uma ameaça à fibra moral da nação” (p. 88). Se a originalidade deveria ser valorizada no lugar da tradição, o romance era terreno dos Modernos: o único gênero desenvolvido no século XVII que não foi uma imitação de um gênero conhecido desde a antiguidade.

Antes do final do ano 1687, surgiu a formulação “mais inteligente” (p. 82) da parte dos Antigos: o *Discours sur les Anciens* [Discurso sobre os Antigos], do barão de Longepierre, em que se considerava o maior pecado dos Modernos sua defesa do direito de livrar-se da tradição interpretativa em nome de uma crítica pessoal. Em sua obra está a declaração de princípios da posição dos Antigos: “Todas as pessoas de bom gosto de todas as eras precedentes sempre pensaram como nós... Os romanos da era de Augusto admiravam os gregos; os romanos depois desta admiravam seus ancestrais e os gregos, assim como os nossos pais admiravam a todos estes, e assim como nós o admiramos, nós também” (p. 84).

Os dois lados da querela apostaram na sua dimensão porque compreenderam, segundo a autora, que havia um público interessado nessas discussões. No momento em que a disputa tem início, os Antigos responderam à tentativa dos Modernos de os provocar porque sentiram que esta polêmica tinha um grande futuro fora da academia. “Sentiram que a tornando pública, apelando ao julgamento do público sobre essas questões, poderiam, no fim das contas, conquistar importantes territórios” (p. 93). Na verdade, representava pôr em prática o credo dos Modernos, de que os leitores não especializados tivessem confiança em “seu entendimento pessoal”, no dizer do próprio Perrault.

A autora utiliza como fonte as obras dos debatedores e edições do *Le Mercure Galant*, o mais popular periódico francês do período. É por meio desse jornal que se acompanha o processo de formação de uma opinião pública literária. O editor do jornal, Jean Donneau de Visé (de 1672 a 1710), fez com que a literatura se tornasse pública e exercesse seu potencial de ser notícia.

A estratégia de Donneau de Visé associava ao princípio, Moderno, da valorização do julgamento pessoal o de que as mulheres tinham muito a dizer neste sentido. Este segundo argumento seria central para os Modernos, o de que as mulheres dão origem ao melhor do gosto e do julgamento contemporâneo (p. 96). A campanha de maior repercussão para a revitalização do jornal girou em torno do que passou a ser conhecido como o melhor dos

novos romances: *La Princesse de Clèves*, publicado em março de 1678, de autoria da Condessa de Lafayette. Donneau de Visé provocava seus leitores a lerem em grupos e enviar ao jornal a opinião do grupo sobre as questões por ele levantadas a respeito do romance.

A primeira consequência dessa e de outras campanhas em torno de “perguntas galantes”, por meio das quais a literatura era notícia, foi a democratização do gosto, processo que envolveu vários dos elementos discutidos pela autora: a defesa da livre interpretação, de que já tratei, e outros dois que serão comentados a seguir, a criação de um público literário e a participação das mulheres como produtoras e consumidoras de literatura. Assim, em 1719, o Abade Jean-Baptiste Du Bos, autor da primeira teoria estética do Iluminismo de grande expressão, *Réflexions critiques sur la peinture et sur la poésie* [Reflexões críticas sobre a pintura e sobre a poesia], amarrava esses elementos em sua definição: “A palavra *public* é aqui usada para representar aquelas pessoas que atingiram o iluminismo, ou por meio de leitura ou da vida em sociedade. São os únicos que podem determinar o valor dos poemas e pinturas” (p. 102). Essa percepção e valorização da autonomia está na base da definição que Kant posteriormente dará ao Iluminismo, ao entendê-lo como a saída do homem de sua menoridade. “Menoridade, quer dizer, incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção de outrem” e citando Horácio escreve “*Sapere aude*, ousa saber; tem a coragem de te servires de teu próprio entendimento”⁴.

Questão central para a argumentação de DeJean é a invenção do público literário. “É precisamente em torno do surgimento deste novo público literário que a era clássica francesa se mostra como uma sociedade em processo de livrar-se de sua homogeneidade, movendo-se em direção à agitação intelectual do iluminismo” (p. 65). No contexto do final do século XVII, o *público* adquiriu o significado de “audiência”, mais no sentido de uma “audiência crítica” do que de uma “audiência literária”. Neste sentido, a autora se opõe expressamente à consideração de Jurgen Habermas de que o estabelecimento de uma esfera pública foi um projeto do Iluminismo e se

4 Citado em Chevallier, Jean- Jacques. *História do pensamento político*. Tomo 2: O declínio do Estado-Nação monárquico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, p. 104.

caracterizou como um fenômeno burguês. Para Habermas, o raciocínio público no terreno literário teve sua origem na Inglaterra no final do XVII e se espalhou pela França a partir dos anos 1730. A partir de então, toda autoridade – Igreja e Estado – foi sujeita a um exame crítico nas mãos do que passou a ser chamado de “opinião pública”.

Como oposição a Habermas, DeJean defende, em primeiro lugar, que “a república das letras abriu-se ao debate popular pela primeira vez na França como resultado de um ímpeto de *fin de siècle*” (p. 71). Desta forma, a cultura pública já tivera lugar antes do Iluminismo e foi na sua origem, tanto na esfera literária quanto na política, um fenômeno francês. Em segundo lugar, ao amenizar a componente burguesa da esfera pública essencialmente vinculada a um fenômeno de classe, a autora afirma que “a política sexual que circunda sua criação era tão complexa quanto a política de classes”, já que “as mulheres desempenharam um papel ativo, por vezes até o mais ativo, na democratização da cultura”. Assim, “o gênero sexual, em vez da classe social, pode ter sido o fator determinante na criação de uma esfera pública” (p. 72). Durante o primeiro *fin de siècle*, a mais amplamente notada ameaça foi a do potencial de feminizar-se o gosto francês.

Era contra isso que se posicionavam os Antigos. Boileau publicou em 1694 a “Sátira às Mulheres”, por meio da qual fica evidente a ansiedade devido à perda de controle sobre o processo por meio do qual eram feitos os julgamentos culturais; atacava as escritoras e as mulheres como consumidoras, para quem “qualquer poesia é boa, conquanto seja nova” (citado por DeJean, p. 106); elas seriam “responsáveis pelo sucesso de todos os maus escritores modernos e do ‘mau gosto’ contemporâneo em geral” (Idem). Numa nova fase, os Antigos foram representados, a partir de 1711, justamente por uma mulher, Anne Dacier, autora de *Causes de la corruption du goût* [Causas da corrupção do gosto], de 1715, uma obra de seiscentas páginas. Ela ataca o romance, perigoso por causa de suas ligações com uma emoção em particular: o amor, que ela denomina “paixão”, que primeiro corrompeu a sociedade moderna e depois a literatura. Os antigos (da antiguidade), segundo ela, haviam compreendido que o amor não podia ser associado à grandeza; assim, Homero “era cuidadoso em não conceder o amor a seus heróis” (citado por DeJean, p. 146).

Para disseminar o temor que o romance inspirava, foi decisivo o papel do *Le Mercure Galant*. Ele tornou seus leitores conscientes de uma questão que está na origem das guerras culturais: o papel das mulheres

como produtoras e consumidoras de literatura. Julgamento pessoal torna-se sinônimo de julgamento feminino. Para Perrault, para ser um Moderno, não era necessário ser mulher, mas era necessário pensar, julgar e raciocinar como uma mulher (p. 106). A terminologia que constituía a linguagem do novo gênero, no entanto, foi sendo montada ao longo do século XVII, como Dejean mostra no terceiro capítulo, “Uma breve história do coração humano”. Trata-se de um processo de inovação semântica que levou à invenção de uma linguagem para as emoções. A primeira etapa desse processo acontece, curiosamente, com Descartes e seu *Les passions de l’âme* [As paixões da alma], de 1649 (p. 123). Em meados do século XVII, havia duas palavras para a caracterização dos sentimentos, *passion* e *affection*. Outros termos vão sendo redefinidos, passam do plano político para o afetivo, como *émotion populaire*, que significava um levante político de origem popular, e também se desligam das conotações médicas. Os ataques de Dacier à presença do amor na literatura indicam, segundo DeJean, o sucesso da revolução sentimental e as hostilidades motivadas pela ameaça da interioridade (p. 146).

No quarto capítulo, a autora analisa a clássica oposição entre cultura e civilização. E afirma que, logo no início das hostilidades entre Antigos e Modernos, a palavra cultura se deslocou do cultivo da terra para o cultivo do intelecto, baseando-se em duas obras iniciais do campo dos Modernos, a de Perrault e a de Fontenelle. Partindo igualmente da formulação de Norbert Elias a respeito das tensões que levaram o conceito de “cultura” a ser construído em oposição ao de “civilização”, DeJean escreve: “Na visão de Elias, *civilização* expressa justo o que faz falta à descrição inaugural de Fontenelle de *cultura*, em *Digression sur les Anciens et les modernes*: o termo foi criado para significar ‘a expressão da consciência ocidental’, do ‘sentimento nacional ocidental’. *Civilização*, ainda segundo Elias, traduziu a satisfação pessoal daqueles povos cujas fronteiras nacionais e caráter nacional já estavam definidos, e proporcionou, ademais, as fundações para a crença na superioridade das tradições que foram essenciais aos empreendimentos colonizadores” (DeJean, p. 183).

Para Elias, civilização seria uma invenção inglesa e principalmente francesa, ligada a valores aristocráticos como polidez, civilidade, cortesia e bom gosto. Cultura, por sua vez, seria um conceito inerentemente alemão e uma invenção burguesa, destinado a enfatizar as diferenças nacionais. A autora discorda ao lembrar que o termo cultura surgiu na França, décadas

antes da sua ocorrência alemã e alerta para o caráter intrincado dos dois conceitos. Se o termo civilização surgiu somente depois das Guerras Culturais, o conceito vai nascendo décadas antes da palavra ser cunhada; nesse período o conceito foi expresso por uma série de palavras que contêm os elementos constitutivos da civilização: civilidade, polidez (dar polimento, refinar), sociedade civil, modos e gosto (p. 184). Em sua obra, Fontenelle descreve o que falta à *cultura* mas ainda não nomeia seu oposto.

Como consequência desta nova leitura está uma reconfiguração das origens do Iluminismo, do terreno sobre o qual pôde se desenvolver, do período durante o qual tomou forma. “As obras literárias e uma nova forma de leitura possibilitaram aos indivíduos o pensar de modo diferente e, em particular, a começarem a experimentar o tipo de propensão à dúvida na qual o projeto do iluminismo formou-se” (p. 73), escreve DeJean.

Apesar de vencerem a batalha travada no final do século XVII, uma vez que o romance se fortalece como gênero, o público literário se amplia e consolida e a opinião pessoal se afirma definitivamente, os Modernos perderam a guerra. Eles “perderam o controle dos setores nos quais a escolha entre os programas opostos dos Antigos e dos Modernos teria feito uma crucial diferença: acima de tudo, a escrita da história literária e o estabelecimento do cânon pedagógico” (p. 114). Os Modernos não puderam atuar no controle das instituições, justamente num momento em que a literatura superava os limites da corte e da aristocracia para existir dentro de sistemas, como a universidade.

No plano do desenvolvimento da teoria pedagógica que viria fundamentar o conceito de uma cultura francesa, “no sentido de um corpo de conhecimento que deve ser comunicado da mesma forma a cada aluno a fim de garantir sua assimilação nas fileiras francesas” (p. 195), houve mesmo uma derrota dos Modernos. Esta seria fruto do sucesso da propaganda dos Antigos de que a literatura moderna era uma leitura perigosamente subversiva para os jovens da época e uma ameaça ao tecido cultural que começava a unir a nação francesa. Os Modernos “entregaram o controle das imagens e da mitologia do processo civilizador àqueles que entendiam a civilização como uma eterna chama que devia ser mantida acesa e intacta, ao invés de uma energia híbrida com múltiplos pontos de “origem”. Como resultado, “o francês continuou a rejeitar a possibilidade de uma cultura que fosse especificamente francesa (Moderna) e a manter o objetivo de ser para sem-

pre, eternamente Antiga, tão livre da individualidade e de todos os traços de específicas tradições étnicas quanto possível” (p. 196).

Ao concluir, a autora retoma a proposta inicial de aproximar as Guerras Culturais atuais com o as do primeiro *fin de siècle*. As traduções básicas seriam três:

Em primeiro lugar, quando os autores falavam em *belles lettres* e discutiam no século XVII sobre os méritos relativos dos autores antigos e modernos, tinham em mente um significado próximo ao que hoje é expresso pelo termo *cânon*; nos dois casos, houve a necessidade do conceito, aproximadamente pelas mesmas razões;

Segundo: quando os Antigos recorriam a termos que denotavam o processo civilizador – civilidade, polidez e gosto – buscavam levar uma mensagem a respeito daquele processo que se assemelha à mensagem transmitida pela expressão “civilização ocidental”, no conflito atual.

E terceiro: quando os Modernos do século XVII inventaram a “cultura” (ou usavam uma terminologia a ela relacionada, como *nation* [nação] e *moeur* [costumes]) referiam-se a algo bastante próximo do que hoje seus herdeiros desejam projetar quando falam de *multicultural* ou *transnacional* (p. 197).

A preocupação da autora e sua intenção expressa são de que as lições das Guerras Culturais tenham conseqüências a fim de que se proponha uma pedagogia e uma crítica dignas das aspirações teóricas Modernas, como se a chance que os Modernos do século XVII perderam surgisse novamente no século XXI, num quadro infinitamente mais complexo. Essa preocupação é urgente em obras de outros estudiosos das Guerras Culturais como Terry Eagleton. Ele afirma que a expressão “guerras culturais” “sugere batalhas campais entre populistas e elitistas, entre guardiões do cânone e partidários da *différence*”⁵, mas também atenta para a substituição de uma noção de cultura “debilitantemente ampla e outra desconfortavelmente rígida”; a longa guerra entre o universal e o particular.

Neste *front*, o meio acadêmico é o espaço privilegiado, onde os cânones da “civilização ocidental” são confirmados. Mas, segundo Eagleton,

5 EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 79.

o que importa não são as obras em si, mas a maneira como são coletivamente interpretadas, maneiras que as próprias obras dificilmente poderiam ter previsto. Tomadas em conjunto, elas são apresentadas como evidência da unidade atemporal do espírito humano, da superioridade do imaginativo sobre o real, da inferioridade das idéias com relação aos sentimentos, da verdade de que o indivíduo está no centro do universo, da relativa desimportância do público com relação à vida interpessoal, ou do prático com relação ao contemplativo e outros preconceitos modernos deste tipo. Mas poder-se-ia igualmente bem interpretá-las de modo bem diferente⁶.

Não é Shakespeare, Dante ou Goethe que não têm mérito. “Nesse sentido, não é o conteúdo dessa cultura que importa, mas o que ela significa. E o que ela significa hoje, dentre outras coisas mais positivas, é a defesa de uma certa ‘civilidade’ contra formas novas de um assim chamado barbarismo. Contudo, uma vez que essas novas formas de barbarismo, paradoxalmente, também podem ser vistas como *culturas* particulares, a polaridade cultura *versus* cultura toma forma” (p. 81), ou como DeJean localizou no século XVII francês, entre o que viria ser chamado de civilização e cultura.

6 Ibid., p. 81.